

PROTOCOLO DE INTENÇÕES Nº 05/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS E UNIVERSIDAD DE ARTEMISA "JULIO DÍAZ GONZÁLEZ" NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente Instrumento e na melhor forma de direito, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial integrante da Administração Indireta da União, criada pela Lei nº 8.956, de 15 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, no *Campus* Universitário, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.078.679/0001-74, doravante denominada **UFLA**, neste ato representada por seu Reitor, **JOÃO CHRYSÓSTOMO DE RESENDE JÚNIOR**, de outro lado, **UNIVERSIDAD DE ARTEMISA "JULIO DÍAZ GONZÁLEZ"**, com sede na cidade de Artemisa, Cuba, doravante denominada **UA**, neste ato representada por Rectora, la Dra. C. Adianez Fernández Bermúdez, resolvem celebrar o presente **PROTOCOLO DE INTENÇÕES**, que será regido, no que couber, pela Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislações afetas à matéria, bem como pelas cláusulas e disposições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Protocolo de Intenções tem por objeto o estabelecimento de parceria internacional com o escopo de viabilizar a cooperação técnica, científica, educacional e cultural entre a **UFLA** e **UA**, para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão em áreas de mútuo interesse das partícipes, visando ao desenvolvimento e a execução de programas, projetos, estudos e serviços técnicos de forma integrada.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – A colaboração de caráter técnico, científico e cultural, a que se refere esta Cláusula, será desenvolvida por meio de Acordos de Cooperação Internacional específicos, cujos projetos e/ou Planos de Trabalho deverão descrever os termos acordados, os objetivos, as atribuições de cada partícipe, bem como os recursos para cobertura de despesas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS COMPROMISSOS

Ambas as partes acordam, reciprocamente, e no âmbito das suas atribuições e dentro das suas possibilidades, promover a cooperação internacional entre si,

através da troca de informações e experiências relacionadas com esta parceria, com vista a promover a articulação através de outros instrumentos específicos para o desenvolvimento das seguintes atividades. Assim, elas também concordam em:

- I - promover o intercâmbio de informações técnicas e científicas, desde que não sigilosas;
- II - explorar oportunidades para cursos, programas, palestras e eventos de interesse comum;
- III - promover ações que visem ao desenvolvimento conjunto de projetos e programas relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- IV - viabilizar o intercâmbio de pesquisadores e pessoal docente;
- V - explorar doutorados sanduíche, programas de treinamento acadêmico e outras formas de colaboração no ensino e aprendizagem;
- VI - elaborar artigos científicos e obras para publicação, realizar edições conjuntas de monografias, linguística ou de qualquer outro tipo que atendam ao interesse comum;
- VII - levar, imediatamente, a conhecimento da outra partícipe, qualquer fato ou ocorrência provocada pela outra partícipe, que ocorra nas suas instalações e que interfiram na execução deste Protocolo, para adotar as medidas cabíveis;
- VIII - notificar a outra partícipe, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na execução deste Protocolo;
- IX - receber nas instalações representantes indicados pela outra partícipe para participar de eventos ou visitas e designar um profissional para acompanhá-lo(s) no desenvolvimento das atividades pertinentes;
- X - promover outras formas de colaboração que não estão expressas no presente Instrumento e que sejam acordadas pelas partícipes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Este Protocolo de Intenções não constitui nem se destina a criar obrigações legais e não será interpretado como constituindo ou criando qualquer vínculo jurídico entre as partícipes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Os termos e o orçamento necessário para cada programa e/ou atividade serão descritos em acordos próprios, a serem celebrados posteriormente pelas partícipes, antecedendo o início de cada programa ou atividade de cooperação.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA – Todas as ações e fatos necessários para o desenvolvimento das atividades decorrentes deste Instrumento deverão observar, sob pena de responsabilidade da partícipe causadora do fato, a legislação de regência.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COORDENAÇÃO

Para promoção da articulação entre as partícipes, cada Instituição designará um representante para acompanhar e monitorar permanentemente as ações no âmbito deste Protocolo de Intenções.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Toda e qualquer questão derivada da aplicação e da interpretação deste Instrumento, será submetida, em primeira instância, ao arbítrio dos respectivos Coordenadores, que deverão envidar esforços para superar as diferenças suscitadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo, inclusive o direito de exploração econômica de obras científicas ou literárias, resultantes das ações desenvolvidas no âmbito deste Protocolo serão objeto de instrumento específico, observando-se em qualquer caso, as normas jurídicas aplicáveis.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento é de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua última assinatura, podendo ser prorrogado com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do vencimento, caso haja interesse das partícipes, mediante celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA DENÚNCIA

Qualquer das partícipes poderá denunciar o presente Instrumento, a qualquer tempo e independentemente de justo motivo, desde que comunique à outra a sua intenção com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, fazendo jus aos benefícios ou vantagens até então auferidas e arcando com as responsabilidades das obrigações assumidas durante a respectiva vigência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Fica desde agora acordado que este Protocolo de Intenções não implica compromissos financeiros entre as partícipes. O pagamento dos gastos inerentes a atividades eventualmente acordadas entre as partícipes correrá de acordo com os recursos financeiros disponíveis a cada uma e dos recursos de outra fonte, nos

termos de cada instrumento específico a ser posteriormente celebrado, de acordo com a Subcláusula Única da cláusula primeira.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – É vedada a indenização de uma partícipe à outra, bem como a transferência de recursos financeiros entre si.

CLÁUSULA OITAVA – DA RECIPROCIDADE

Cada Instituição oferecerá aos docentes, pesquisadores e estudantes que a visitem, um tratamento similar ao dos próprios, tornando possível o acesso aos serviços necessários e reconhecendo os estudos realizados na outra Instituição, nos limites da legislação em vigor em ambos os países.

CLÁUSULA NONA – DAS OMISSÕES

As omissões no presente instrumento serão resolvidas por acordo mútuo entre as partícipes e, se necessário, poderão ser assinados termos aditivos que farão parte deste Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Todos os dados pessoais serão processados em total conformidade com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), legislação brasileira que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Para dirimir dúvidas que possam ser suscitadas na execução e interpretação do presente acordo, as partícipes envidarão esforços na busca de uma solução consensual. Não sendo possível, as convenientes indicarão, de comum acordo, um terceiro, pessoa física especialista em solução amigável de conflitos internacionais, para atuar como mediador e dirimir as controvérsias com base na legislação de ambos países envolvidos. É acordado que o lugar de evento do litígio ou, havendo obrigação a ser cumprida, o lugar de seu cumprimento, definirá o direito aplicado e o tribunal competente.

E, assim, por estarem justas e acordes, as partes assinam o presente Instrumento em quatro (4) vias de igual teor e forma, sendo duas (2) vias na língua portuguesa e duas (2) em espanhol, para os mesmos efeitos legais.

La Habana, Cuba, 01/02/2024

Pela UFLA:



João Chrysóstomo de Resende Júnior

Reitor

Pela UA:



Dra. C. Adianez Fernández

Bermúdez

Rectora

**PROTOCOLO DE INTENCIONES Nº 06/2021 – UFLA, QUE ENTRE SÍ FIRMAN,
LA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS Y LA UNIVERSIDAD DE ARTEMISA
“JULIO DÍAZ GONZÁLEZ”, EN LA FORMA ABAJO:**

Mediante este Instrumento y en la mejor forma de la ley, la **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial integrante de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley nº 8.956, de 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de la Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, en el *Campus* Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 22.078.679/0001-74, de ahora en adelante denominada **UFLA**, en este acto representada por su Rector, **JOÃO CHRYSÓSTOMO DE RESENDE JUNIOR**, y, de otro lado, la **UNIVERSIDAD DE ARTEMISA “JULIO DÍAZ GONZÁLEZ”**, con sede en la ciudad de Artemisa, municipio Artemisa, provincia Artemisa, con domicilio legal en Calle 8C no. 713 entre 7^{ma} y Campos, Comunidad Lincoln, de ahora en adelante denominada **UA**, en este acto representada por su Rectora, la Dra. C. Adianez Fernández Bermúdez, deciden firmar el presente **PROTOCOLO DE INTENCIONES**, que se regirá, en su caso, por la Ley Federal nº 8.666/1993, y otras leyes pertinentes a la materia, así como por las cláusulas y condiciones a continuación:

Mediante este Instrumento y en la mejor forma de la ley, la **UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS**, persona jurídica de derecho público, autarquía especial integrante de la Administración Indirecta de la Unión, creada por la Ley nº 8.956, de 15 de diciembre de 1994, vinculada al Ministerio de la Educación, con sede en la ciudad de Lavras, Estado de Minas Gerais, Brasil, en el *Campus* Universitario, inscrita en el CNPJ/MF bajo el nº 22.078.679/0001-74, de ahora en adelante denominada **UFLA**, en este acto representada por su Rector, **JOÃO CHRYSÓSTOMO DE RESENDE JUNIOR**, y, de otro lado, la **UNIVERSIDAD DE ARTEMISA “JULIO DÍAZ GONZÁLEZ”**, con sede en la ciudad de Artemisa, municipio Artemisa, provincia Artemisa, con domicilio legal en Calle 8C no. 713 entre 7^{ma} y Campos, Comunidad Lincoln, de ahora en adelante denominada **UA**, en este acto representada por su Rectora, la Dra. C. Adianez Fernández Bermúdez, deciden firmar el presente **PROTOCOLO DE INTENCIONES**, que se regirá, en su caso, por la Ley Federal nº 8.666/1993, y otras leyes pertinentes a la materia, así como por las cláusulas y condiciones a continuación:

CLÁUSULA PRIMERA – DEL OBJETO

El presente Protocolo de Intenciones tiene por objeto establecer una asociación internacional con el objetivo de hacer viable la cooperación técnica, científica, educacional y cultural entre la **UFLA** y la **UA**, para el desarrollo de actividades de enseñanza, investigación y extensión en áreas de mutuo interés de los participantes, pretendiendo el desarrollo y la ejecución de programas, proyectos, estudios y servicios técnicos de forma integrada.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – La colaboración de carácter técnico, científico y cultural, a que se refiere esta Cláusula, será desarrollada a través de Acuerdos de Cooperación Internacional específicos, así como Proyectos y/o Planes de Trabajo, cuyos objetivos y atribuciones serán aprobados en procedimientos propios, así como recursos para cubrir gastos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DE LOS COMPROMISOS

Los participantes se comprometen, recíprocamente, en el ámbito de sus atribuciones y dentro de sus posibilidades y disponibilidad, a promover la cooperación

internacional entre ellas, a través del intercambio de información y experiencias relacionadas con esta asociación, con miras a promover la articulación a través de otros instrumentos específicos para el desarrollo de las siguientes actividades. Por lo tanto, también acuerdan:

- I - promover el intercambio de informaciones científicas y técnicas, desde que no sean informaciones confidenciales;
- II - realizar, siempre que sea conveniente y oportuno, cursos, programas, charlas y eventos de interés común;
- III - promover acciones que tengan como objetivo el desarrollo conjunto de proyectos y programas relacionados a la enseñanza, a la investigación y a la extensión;
- IV - hacer viable el intercambio de investigadores, personal docente y estudiantes;
- V - explorar doctorados sándwich, programas de capacitación académica y otras formas de colaboración en la enseñanza y el aprendizaje;
- VI - elaborar artículos científicos y obras para publicación, realizar ediciones conjuntas de monografías, lingüística o de cualquier otro tipo que sirvan al interés común;
- VII - llevar, inmediatamente, al conocimiento del otro participante, cualquier hecho o suceso provocado por la otra parte, que ocurra en sus instalaciones, que interfieran en la ejecución de este Protocolo, para adoptar las medidas respectivas;
- VIII - notificar a la otra parte, por escrito, acerca de imperfecciones, fallas o irregularidades en la ejecución de este Protocolo;
- IX - recibir en sus instalaciones los agentes indicados por la otra parte para participar de eventos, prácticas o visitas y designar un profesional para acompañarlo(s) en el desarrollo de las actividades pertinentes;
- X - promover otras formas de colaboración que no están expresadas en el presente Instrumento y que sean acordadas por los participantes;

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Este Protocolo de Intenciones no constituye ni tiene la intención de crear obligaciones legales y no se interpretará como constitutivo o creador de ningún vínculo legal entre los participantes.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Los términos y el presupuesto requerido para cada programa y/o actividad se describen en los acuerdos propios, que se firmarán después por los participantes, precediendo el inicio de cada programa o actividad de cooperación.

SUBCLÁUSULA TERCERA – Todas las acciones y hechos requeridos para el desarrollo de las actividades decurrentes de este Instrumento deberán observar, bajo pena de responsabilidad del participante causador del hecho, la legislación de regencia.

CLÁUSULA TERCERA – DE LA COORDENACIÓN

Para promoción de la articulación entre los participantes, cada Institución designará un representante para acompañar y monitorizar permanentemente las acciones en el ámbito de este Protocolo de Intenciones.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – Cualquier cuestión derivada de la aplicación y de la interpretación de este Instrumento, se someterá, en primera instancia, al arbitrio de los respectivos Coordinadores, que deberán esforzarse para superar las diferencias planteadas.

CLÁUSULA CUARTA – DE LA PROPIEDAD INTELECTUAL

Toda invención, mejora o innovación tecnológica, obtención de un producto o proceso, incluyendo el derecho de explotación económica de obras científicas o literarias, resultantes de acciones desarrolladas en virtud del presente Protocolo estarán sujetos a instrumentos específicos, observándose, en todo caso, las normas jurídicas aplicables.

CLÁUSULA QUINTA – DE LA VIGENCIA

El plazo de vigencia de este Instrumento es de cinco años, empezando de su última firma, pudiendo prorrogarse con antelación de al menos, 30 (treinta) días del vencimiento, si hay interés de los participantes, mediante elaboración de documento aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DE LA DENUNCIA

Cualquier de los participantes podrá terminar el presente Instrumento, a cualquier tiempo e independientemente de justo motivo, desde que comunique a la otra su intención con antelación mínima de 60 (sesenta) días, en consonancia con los beneficios o ventajas hasta el momento obtenidos y asumiendo las responsabilidades de las obligaciones asumidas durante la respectiva vigencia.

CLÁUSULA SÉPTIMA – DE LOS RECURSOS FINANCIEROS

Ahora se acuerda que este Protocolo de Intenciones no implica compromisos financieros entre los participantes. El pago de los gastos inherentes a las actividades eventualmente acordadas entre los participantes será conforme a los recursos financieros de que disponga cada uno y a los recursos de otra fuente, de acuerdo con cada instrumento específico que se celebre posteriormente, de conformidad con la Subcláusula Única de la cláusula primera.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Está prohibido indemnizar a un participante a otro, así como la transferencia de recursos financieros entre ellos.

CLÁUSULA OCTAVA – DE LA RECIPROCIDAD

Cada Institución ofrecerá a los docentes, investigadores y estudiantes que la visiten, un tratamiento similar al de los propios, haciendo posible el acceso a los servicios necesarios y reconociendo los estudios realizados en otra Institución, dentro de los límites de la legislación en vigor en ambos países.

CLÁUSULA NOVENA – DE LOS CASOS OMITIDOS

Los casos omitidos en el presente Instrumento se resolverán de mutuo acuerdo entre los participantes, y podrán firmarse términos adicionales, de ser necesario, que formarán parte integrante del presente Protocolo.

CLÁUSULA DÉCIMA - PROTECCIÓN DE DATOS PERSONALES

Todos los datos personales serán tratados en pleno cumplimiento de la Ley n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Ley General de Protección de Datos Personales), legislación brasileña que prevé el tratamiento de datos personales, incluso en medios digitales, por personas físicas o jurídicas de derecho público o privado, con el objetivo de proteger los derechos fundamentales de libertad y privacidad y el libre desarrollo de la personalidad de las personas físicas.

CLÁUSULA DÉCIMO PRIMERA – RESOLUCIÓN DE LITIGIOS

Para resolver las dudas que puedan suscitarse en la ejecución e interpretación del presente Acuerdo, las partes se esforzarán en la búsqueda de una solución consensuada. No siendo posible, las convenientes indicarán, de común acuerdo, un tercero, persona física especialista en solución amistosa de conflictos internacionales, para actuar como mediador y dirimir las controversias con base en la

legislación de ambos países involucrados. Se acuerda que el lugar de evento del litigio o, habiendo obligación a ser cumplida, el lugar de su cumplimiento, definirá el derecho aplicado y el tribunal competente.

Y así, estando justos y acordes, los participantes firman este Instrumento en cuatro (4) copias de igual contenido y forma, siendo dos (2) copias en lengua portuguesa y dos (2) en español, para los mismos efectos jurídicos.

La Habana, Cuba, 07 / 02 / 2024

Por la UFLA:

Por la UA:


João Chrysóstomo de Resende Júnior
Rector


Dra. C. Adiane Fernández Bermúdez
Rectora